

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES¹

Lídia Eugenia Cavalcante

Resumo

Objetiva estudar a importância das discussões atuais com relação às questões relativas à competência informacional nas universidades. Discute o conceito de competência informacional no âmbito da sociedade da informação, levando em consideração questões relativas à complexidade do uso da informação em uma sociedade tecnológica, porém com ações que se voltam cotidianamente para a valorização das reflexões multiculturais, de respeito às diferenças, de inclusão social e digital. Apresenta um breve estudo sobre políticas para a formação no uso da informação em instituições de ensino superior, a partir da pesquisa realizada na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information*, na *Université de Montréal*.

Palavras-chave

Competência informacional; Políticas de formação; Usos da informação

FORMATION POLICY FOR INFORMATION LITERACY: THE ROLE OF UNIVERSITIES

Abstract

This work aims to study the importance of updated inquiries regarding issues of information literacy in universities. It discusses the concept of information literacy in the scope of society of information, taking in consideration aspects of complexity of using information in a technological society, however with actions that are daily concerning the valuation of multicultural reflections, the respect for differences, social and digital inclusion. It presents a brief study about policies for the development in the use of information in institutions of superior education, from the research carried through in the *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information*, *Université de Montréal*.

Keywords

Information literacy; Formation policy; Information competence

INTRODUÇÃO

Em pesquisa na Internet, buscadores como Google ou Yahoo podem nos apresentar centenas de *links* para artigos, pesquisas, relatórios, eventos, palestras, etc., que tratam do tema “competência informacional” ou seus derivados, sinônimos e correlatos, em português ou em outras línguas, como: alfabetização informacional, letramento, *habilidades informacionales*, *literacy education*, *culture de l’information*, *Information Literacy*, *alphabétisation informationnelle* ou *capacités informationnelles*, somente para citar alguns dos mais utilizados mundialmente. É interessante observar também, que a preocupação em estudar esta temática não se restringe exclusivamente à Biblioteconomia e Ciência da Informação. Áreas como saúde, educação, direito ou empresarial têm sido profundamente influenciadas por conceitos, práticas e ações, representando um esforço coletivo para discutir o acesso, uso e vinculações sociais, culturais e econômicas da informação.

Os recentes movimentos em torno do tema competência informacional, amplamente difundido nos países ocidentais, tiveram suas origens nos discursos dos bibliotecários americanos na década de 1970, que cunharam o termo *Information Literacy* (CAMPELLO, 2003). Entretanto, é no ano de 1990, com o uso que se acentua das chamadas novas tecnologias de informação e comunicação/TIC, por meio da disponibilidade cada vez maior de informação em meio digital, que ocorre uma aceleração do processo de educação do usuário para o uso eficaz da informação. No contexto da Biblioteconomia, a utilização dos estudos e práticas de competência informacional é bem acentuada no que diz respeito à função educativa da biblioteca escolar e no papel que deve exercer na escola para a educação de usuários.

Na educação superior está relacionado principalmente com o uso das tecnologias, em diferentes suportes de informação, para favorecer o desenvolvimento das competências dos estudantes, o que beneficiará o crescimento profissional, a capacidade de realização de pesquisa, planejamento, gestão e avaliação no uso de fontes de informação. No Brasil, Caregnato (2000 apud CAMPELLO, 2003), destaca o uso terminológico como “alfabetização informacional”, a ser utilizado como forma de expansão da educação de usuários por meio das bibliotecas universitárias. Tem por objetivo oferecer condições para desenvolver habilidades informacionais nos estudantes, levando-os a interagir com o ambiente digital de modo mais qualitativo.

O olhar dos pesquisadores neste campo também se volta para a questão da inclusão digital e social, com destaque para reflexões no contexto da cidadania, da democracia e de educar para o uso da informação, “alphabétisation informationnelle” (STERN, 2002), de modo a favorecer a formação de indivíduos a partir de um processo educacional que respeite as diferenças, transformando ações individuais ou coletivas em benefício da construção de um ser humano integrado a um processo social de educação ao longo da vida, em diferentes nuances. Assim, permitirá a todos um papel estratégico eficaz de uso da informação em áreas como: cultura, política ou econômica, bem como de desenvolvimento pessoal e do potencial humano, com o objetivo de eliminar o analfabetismo informacional característico de uma sociedade governada pelas tecnologias e com profundas desigualdades sociais.

Diante da multiplicidade e importância do emprego do termo competência informacional, nos parece oportuno apresentar um estudo sobre políticas de formação para a competência informacional em universidades, visando conhecer o papel das bibliotecas universitárias e suas responsabilidades junto aos usuários da comunidade acadêmica. Como exemplo, faremos referência ao documento *Apprivoiser l'Information pour Réussir*, publicado em outubro de 2004 pela direção de bibliotecas da *Université de Montréal*, que visa apresentar as orientações daquela universidade neste domínio, especificamente voltadas para políticas de formação para a utilização da informação e oferecer um suporte de integração entre os diferentes campos acadêmicos, ressaltando como uma política de formação poderá contribuir para o desenvolvimento educacional e profissional de seus estudantes. Esta pesquisa faz parte do estudo realizado na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information*, na *Université de Montréal*, por ocasião do estágio de pós-doutorado em Ciência da Informação.

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL, UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO CIENTIFICO

A universidade, nas últimas décadas, tem representado a possibilidade de realização profissional e pessoal de parte dos jovens das sociedades do mundo ocidental, especificamente em países capitalistas. Fato evidenciado no Brasil pela avalanche de cursos, faculdades e universidades privadas que se instalaram em todos os estados, nos últimos anos. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o setor das universidades privadas soma atualmente 71,7% das matrículas em todo o

País, cuja procura ocorre principalmente por cursos como Administração, Direito, Pedagogia e Letras. O levantamento afirma ainda, que há oferta e procura desigual dos cursos, o que tem gerado sério desequilíbrio em áreas estratégicas de crescimento nacional como Física, Agronomia, Pesca e Ciências da Terra (TAKAHASHI, 2006).

Os cursos superiores, no Brasil, ainda de baixa abrangência, significam a possibilidade de desenvolvimento em ciência e tecnologia e crescimento econômico. Entretanto, “Hoje, apenas 10,5% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior. O Plano Nacional de Educação prevê como meta que o percentual seja de 30% até 2011. A análise do Inep aponta que dificilmente o objetivo será alcançado”. (TAKAHASHI, 2006). A situação econômica dos brasileiros e a oferta insuficiente de vagas nas universidades públicas certamente contribui para esta análise, haja vista que a maioria dos jovens não possui condições de arcar com os custos de um curso em uma universidade privada.

As questões que envolvem a temática sobre o ensino superior no Brasil são complexas. Dentre elas destacam-se: investimento em infra-estrutura, ciência e tecnologia, qualidade do ensino e da pesquisa, qualificação docente e produção intelectual. De acordo com o documento do INEP (2006, p.11), **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos:**

A condição valorativa da qualidade nem sempre aponta para uma mesma direção, pois os parâmetros que a definem podem decorrer de projetos educativos e científicos diferenciados. Ou seja, a definição de padrões de qualidade está ligada aos objetivos que direcionam o processo educativo e ao projeto pedagógico e científico das IES.

No entanto, cabe destacar a existência de referentes universais de qualidade, que dizem respeito à natureza, condições e formatos das instituições que constituem o sistema de educação superior, seja ele nacional ou estrangeiro. Podem ser considerados referentes universais: a adequação e a pertinência dos processos de formação, o rigor acadêmico e científico, a condição social, científica e cultural da produção acadêmica, a construção da cidadania e o exercício da democracia.

Um outro ponto de destaque com relação às questões que envolvem a complexidade da educação superior no Brasil, mais especificamente voltado para a complexidade social e histórica do que econômica ou científica, diz respeito às políticas afirmativas, também conhecidas como políticas de discriminação positiva. Trata-se de um desafio que se volta para os direitos humanos, históricos e culturais dos diferentes povos e raças, cujas discussões ocorrem em torno do “reconhecimento da diversidade étnico-racial

brasileira” (GONÇALVES E SILVA, 2003, p. 44). A universidade brasileira, diante de tantas indagações e diferenças, não pode funcionar como lugar de conhecimento homogêneo ou descartar os saberes humanos construídos em sociedade, comunidade ou grupamentos, levando em conta memórias que o passado produziu.

Alem dos desafios que ora se apresentam às universidades, destacados anteriormente, no que tange à competência informacional se observa um grave comprometimento dos estudantes com relação às competências no uso da informação para desenvolver capacidades de pesquisa requeridas para um curso superior e, posteriormente, o exercício profissional. As áreas do conhecimento, de um modo geral, têm transitado por uma forte evolução científica, tecnológica e multicultural, que implica algo além do saber acadêmico ou livresco, para o uso do “aprendizado ao longo da vida”, como uma espécie de transição de um “saber viver no singular” em direção a um “saber viver no plural” (GONÇALVES E SILVA, 2003, p.44). Esta relação entre informação, educação, conhecimento científico e vida também é uma preocupação discutida pelo sociólogo e pensador francês Edgar Morin (2001) e pelo renomado economista francês Jacques Delors (1999), ao tratarem sobre a educação para o século XXI.

O Colóquio em Nível Superior sobre Competência Informacional e Aprendizado ao longo da vida, realizado na Biblioteca de Alexandria, de 6 a 9 de novembro de 2005, declara que,

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. Ele capacita as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações.

O aprendizado de toda a vida prepara os indivíduos, as comunidades e as nações a atingir suas metas e a aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente global em evolução para um benefício compartilhado. Auxilia-os e suas instituições a enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem estar de todos (UNESCO).

Diante destas afirmações, fica evidente que o conhecimento científico nas universidades se constrói em meio a uma série de fatores que decorrem do social, cultural, educacional e econômico, cujas dificuldades são bem observadas na atualidade, devido à exigência cada vez maior de uma sociedade pautada no uso da informação. Por conseguinte, foi justamente no universo contemporâneo que o mundo se abriu à emergência de um pensamento complexo, de saberes tão bem apresentados por Morin (2001), ao discorrer sobre

a diversidade e a complexidade humanas.

No curso das últimas décadas que finalizaram o século XX, observamos radical transformação na socialização histórica e política com relação ao conhecimento e à informação, sobretudo no que se relacionou com o advento de uma sociedade pautada nas inovações culturais, científicas e tecnológicas, que ganha força no novo século. O campo informacional, por exemplo, se manifesta para abrigar discussões opostas no centro destas reflexões: como pensar a informação em um contexto de diversidade e complexidade, especialmente se considerarmos a ambiência de espaços geográficos e socialmente interativos?

A partir de tal questionamento percebemos que a problemática científica com relação ao uso competente da informação parece particularmente importante se considerarmos a necessária articulação entre saberes históricos, culturais, sociais e políticos, que se agitam diante de uma ordem mundial, que discute, amplamente, o acesso à informação e os direitos do homem, e, entretanto, se apresenta profundamente contraditória quanto às questões relativas a liberdade, igualdade e diversidade étnico-racial dos povos e suas nações traduzidas no sentido da democracia e da política.

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E HABILIDADES NO USO DA INFORMAÇÃO

Um dos maiores desafios da educação superior se refere às habilidades individuais e coletivas no uso da informação por parte dos estudantes. Isto é, muitos entram e saem de um curso superior com pouco ou nenhum conhecimento sobre competência no uso eficaz da informação para o desenvolvimento profissional. Em alguns casos, este fator vai contribuir para o abandono ou trancamento, número de anos no curso além da média, dificuldades de integração, descontentamento com a área que escolheu ou falta de oportunidades no mercado de trabalho. Neste sentido, a universidade vai se constituindo como um lugar de seleção e de exclusão (BÉGUIN-VERBRUGGE, 2005), cada vez mais acentuado. Não se trata de uma deficiência produzida unicamente na esfera da educação superior. Esta observação possui raízes na educação que antecede à universidade.

Neste sentido, é importante destacar que os principais trabalhos sobre competência informacional, publicados no Brasil, direcionam suas pesquisas para o papel

primordial da biblioteca escolar no processo de educação do usuário. Isso se torna necessário, se observarmos que é na escola que o indivíduo irá conviver com o universo formal educativo, desde os primeiros anos de vida. Lugar onde ocorrerão também, quase sempre, os primeiros contatos com livro, leitura, biblioteca, pesquisa e socialização do conhecimento. Assim, a qualidade da escola de educação infantil, ensino fundamental e médio se refletirá na educação superior e no resultado de seus estudantes. O que poderá ser observado a partir dos investimentos feitos em capacitação profissional de bibliotecários e docentes, bibliotecas, laboratórios, tecnologia e acesso à Internet, infra-estrutura, desenvolvimento de pesquisa e formação para o uso da informação. Nesta relação entre escola e universidade, como podemos analisar as competências informacionais dos estudantes na passagem entre um nível e outro da educação? (BÉGUIN-VERBRUGGE, 2005).

A questão acima proposta requer, antes de qualquer possibilidade de resposta, a definição do que se entende por competência informacional e qual a que será utilizada no decorrer deste estudo, pois sabemos que há várias possibilidades para o seu emprego. Béguin-Verbrugge (2005) advoga que a definição deve ir além de um conceito meramente voltado para habilidades técnicas e de métodos no tratamento e uso da informação, devendo estar mais centrada na pessoa e no contexto social. Sendo, pois, para essa autora, “conjunto de capacidades que permite a um indivíduo dominar o seu ambiente intelectual, material e social, localizando e tratando eficazmente a informação que é procedente.” Esta definição obviamente não descarta as habilidades e competências que um indivíduo deverá ter no universo informacional, como aquelas requeridas para o tratamento adequado da informação, porém buscam inserí-la em um universo de estrutura cognitiva, considerando outras possibilidades relativas às competências humanas que irão influenciar estrategicamente e de modo harmonioso outras aptidões relacionadas ao intelectual.

A sociedade da informação não requer dos indivíduos apenas o acesso à tecnologia de ponta ou instrumentos de pesquisa os mais sofisticados para crescer no mundo do trabalho. Com ela, aumenta consideravelmente a diversidade cultural e os processos de integração entre os sujeitos, gerando um grande desafio que é a promoção de vias de desenvolvimento, a partir da adoção de novas formas de pensamento (MORIN, 2001). O crescimento econômico e em ciência e tecnologia deve vir acompanhado do contexto cultural e social. Assim, a educação possui papel primordial para unir competências individuais e coletivas por meio de uma linguagem interdisciplinar que, em uma pesquisa, considerará o

objeto estudado sob diferentes aspectos, especialidades e teorias. Um exemplo claro para esta afirmação pode ser observado no próprio campo das dimensões epistemológicas que regem os estudos em torno da tecnologia. Esse fenômeno tem sido observado por especialistas da Ciência da Informação, historiadores, antropólogos, sociólogos, filósofos e físicos, apenas para citar alguns, com abordagens enriquecidas pelas competências de cada área, levando à riqueza do conhecimento. É como se observássemos um objeto sob diferentes perspectivas e ângulos distintos.

Para uma educação pautada em um modelo dinâmico de construção de competências informacionais, de acordo com a abordagem acima apresentada, ressaltamos a importância do sistema de referência proposto pelos **quatro pilares da Educação**, coordenado por Jacques Delors e elaborado junto a Comissão Internacional Sobre a Educação para o Século XXI, por meio da UNESCO (1996): **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser**. Tanto em meio escolar quanto no universo acadêmico, a adoção dos quatro pilares tem contribuído ou contribuirá, sobremaneira, para adquirir e compreender a necessidade de um espírito científico indispensável à dinâmica do mundo contemporâneo, que leve à busca de respostas para questionamentos cotidianos e não apenas à assimilação de idéias e teorias pré-estabelecidas ou ditas “incontestáveis”.

É na escola que o **aprender a ser** e o **aprender a viver junto** necessita receber maior atenção, com lições de cidadania, cooperação, ética, arte, ciência e respeito às diferenças, que parecem ser melhores assimiladas ainda na infância, mesmo reconhecendo que essas dimensões formam um aprendizado ao longo da vida. Com efeito, já a universidade representa, para os jovens, uma espécie de início de um novo ciclo de vida, pautado em liberdade, multiculturalismo, diversidade e escolha profissional, em alguns casos voltada às necessidades e demandas da competitividade do mercado ou para as potencialidades interiores.

A universidade vai, então, funcionar como um lugar de aquisição de saberes e de competência para o exercício de uma profissão, o que levará o estudante a adquirir um repertório de conhecimento mais especializado, dentro de uma determinada área, desenvolvendo o espírito científico e crítico, as aptidões de comunicação e uso de informação, da pesquisa individual e coletiva. Neste processo de apreensão do conhecimento, o desenvolvimento adquirido durante os anos de escola, que antecederam a entrada em uma instituição de ensino superior, poderá funcionar como sólidas bases para a formação

acadêmica e exercício futuro de uma determinada carreira, em todos os aspectos.

Além das dimensões humanas, sociais e culturais exigidas atualmente de um profissional, as dimensões tecnológicas e de competência informacional também se apresentam como importante diferencial, tanto na universidade quanto fora dela. Mesmo levando em consideração que os objetivos dos cursos superiores são diferentes, há uma finalidade que transpõem todas as outras: o benefício para a sociedade, quer seja na Medicina, Engenharia, Pedagogia, Agronomia, Artes, Física, etc.

A educação informacional tecnológica apresenta duplo desafio: primeiro, os custos elevados e a falta de investimentos tecnológicos, tão característicos das universidades públicas brasileiras; segundo, a deficiência oriunda da indisponibilidade de recursos de pesquisa, falta de acesso ou capacitação dos estudantes na escola, antes de chegarem ao ensino superior. Estas deficiências têm gerado um déficit considerável no nível de competência dos estudantes quanto às habilidades e aprendizagens voltadas aos recursos e à riqueza informacional. Há casos em que alunos entram na universidade e ali iniciam um processo de alfabetização informacional tecnológica, o que gera altos custos para a universidade e para o aluno, refletindo seguramente, na qualidade profissional e no tempo em que o indivíduo ficará no curso.

A *Association of College and Research Libraries (ACRL)*, apresenta alguns princípios e indicadores de competência importantes para avaliar capacidades no uso da informação. De acordo com estes princípios, apresentados por Stern (2002, p.6) uma pessoa competente no uso da informação é capaz de:

- tomar consciência da sua necessidade de informação,
- encontrar informação necessária,
- avaliar a qualidade de diferentes fontes de informação,
- utilizar eficazmente a informação em função de um objetivo dado,
- gerar informação de um modo socialmente aceitável.

Dentre os itens apresentados acima, é possível observar que a capacidade de uso competente da informação parece estar aparentemente dissociada dos meios tecnológicos de obtenção, podendo ser adquiridas ao longo da vida. Porém, o uso da tecnologia tornará o desenvolvimento de tais habilidades estratégicas no campo científico, com respostas mais rápidas às necessidades profissionais e da sociedade.

Notadamente, em meio às reflexões apresentadas, a elaboração e aplicação de políticas de formação para a competência e uso da informação devem fazer parte das agendas governamentais no campo educacional, gerando bases de compreensão em seus diferentes níveis, para garantir um benefício que se estende para toda a sociedade.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

As bibliotecas universitárias possuem papel de excelência na formação acadêmica para a competência no uso de informação, pois, notadamente, o universo do conhecimento e dos processos de pesquisa passam, necessariamente, pelo mundo da documentação. Isto implica também na capacitação profissional do bibliotecário para lidar com a variedade de suportes, tipos de informação e modos de acesso, transferência, pesquisa, fontes, usos e treinamento de usuário. Outros fatores a serem considerados são a responsabilidade e o compromisso da instituição com investimentos em tecnologia, fontes e recursos visando à aprendizagem e formação profissional no quesito das habilidades informacionais. Neste sentido, torna-se primordial a elaboração e implantação de políticas de formação em competência informacional, elaborada por um comitê acadêmico representado por docentes de diferentes áreas e da área de Ciência da Informação, setores estratégicos da administração superior, estudantes, pesquisadores, bibliotecários, profissionais da área de informática e representantes da sociedade, estes últimos poderão contribuir com indicações de necessidades voltadas para o mercado de trabalho.

Um excelente exemplo, o qual nos reportaremos a seguir, são as orientações apresentadas no documento *Apprivoiser l'Information pour Réussir*, publicado em outubro de 2004 pela direção de bibliotecas da *Université de Montréal - Udm*, que visa apresentar as orientações daquela universidade neste domínio, especificamente voltadas para políticas de formação à utilização da informação e oferecer um suporte de integração entre os diferentes campos acadêmicos, ressaltando como uma política de formação poderá contribuir para o desenvolvimento educacional e profissional.

De acordo com o documento citado anteriormente, a formação à utilização da informação permite:

- aumentar as competências gerais dos estudantes;

- torná-lo autônomo na investigação e avaliação de fontes de informação para os seus trabalhos;
- desenvolver seu espírito crítico e suas capacidades de análise em face da gama de informação a qual são expostos (e serão ao longo de sua carreira);
- obter, da parte dos estudantes, trabalhos que recorram a uma maior variedade de fontes de informação, confiáveis, relevantes e de nível adequado;
- Reduzir os casos de plágio por meio de uma melhor compreensão das regras de ética em matéria de utilização de informação;
- Favorecer a passagem dos estudantes aos estudos superiores, tornando-os mais eficazes e confiantes em suas habilidades de investigação.



Fonte: Univeristé de Montréal. Direction des bibliothéques. **Apprivoiser l'information pour réussir.** Outubro de 2004. p. 3. (Traduzido do francês).

É evidente que o sucesso no uso da informação também se reflete no desenvolvimento de um espírito crítico e no despertar do potencial do educando, permitindo o processo de educação continuada bem como a autonomia investigativa em seu domínio de pesquisa, aumentando a capacidade de usar fontes de informação, avaliar e gerar resultados de pesquisa. A competência informacional é algo trabalhado continuamente, observando, interpretando, compartilhando, questionando, elaborando críticas, hipóteses e explicações.

Segundo a *Association of College and Research Libraries (ACRL)*,

As competências informacionais são a base da educação continuada. Elas são comuns a todas as disciplinas, a todos os contextos de aprendizagem e a todos os níveis de educação. Permitem aos estudantes melhor apreender os conteúdos, desenvolver suas pesquisas, tornar-se mais autônomo e exercer um maior controle sobre sua própria aprendizagem (2000, p.4).

Usando como referência as reflexões apresentadas pela ACRL, acerca das competências informacionais, a elaboração das políticas de formação para a utilização da informação da UdM propõe a definição:

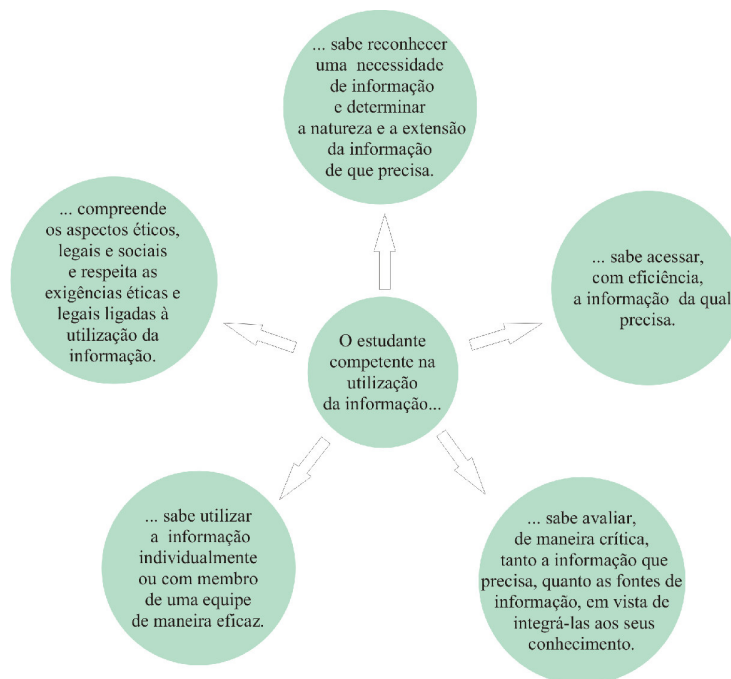
Conjunto de competências que permitem a uma pessoa evoluir em uma sociedade do saber e utilizar informação de modo crítico em vista de responder a uma necessidade e responder a um problema, de tomar decisão, de desenvolver seus conhecimentos, de criar um documento, uma obra ou um produto ou, mais simplesmente, de prosseguir sua formação. (*UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL*, 2004, p.4).

A partir da preocupação com as competências informacionais dos estudantes universitários foi realizada pela Conferência de Reitores das Principais Universidades de Quebec – CREPUQ, entre 15 universidades, no ano de 2002, uma pesquisa com 3003 estudantes de primeiro ano de cursos de graduação, dos quais 1210 eram da UdM. Os dados apresentados revelaram as dificuldades dos estudantes em: reconhecer um artigo científico, uma referência bibliográfica, identificar uma questão de pesquisa para adotar estratégias de investigação pertinentes, fazer referência a uma fonte de informação utilizada em um trabalho de pesquisa ou reconhecer os critérios para avaliar a qualidade de um site na Internet para responder às suas necessidades de informação de modo confiável.¹ Os resultados da pesquisa acima mencionada foram importantes para a construção e implementação das políticas de formação à utilização de informação da UdM e de outras universidades do Quebec.

Como forma de avaliar as competências informacionais dos estudantes de ensino superior, a ACRL sugere cinco princípios e vinte e dois indicadores de *performance*, cujos resultados poderão auxiliar professores, bibliotecários e demais envolvidos no processo a desenvolverem métodos e estratégias visando à capacitação para a utilização da informação, associando-os aos objetivos de aprendizagem e formação em pesquisa e profissional que se espera.² A UdM, como parte de sua política, inspira-se nas indicações da ACRL, com relação às cinco competências e apresenta em suas políticas o modelo:

¹ Para obter informações mais detalhadas sobre a pesquisa realizada entre as universidades do Quebec consultar o documento: Univeristé de Montréal. Direction des bibliothèques. **Apprivoiser l'information pour réussir**. Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.bib.umontreal.ca/CI/politique.htm>

² Para maiores informações sobre os princípios e indicadores de performance da ACRL, consultar American Library Association (ALA) / Association of College & Research Libraries (ACRL). **Normes sur les compétences informationnelles dans l'enseignement superior**, 2000. Traduit de l'anglais par le Groupe de travail sur la formation documentaire du Sus-comité des recteurs et des principaux des universités du Quebec. Disponível em : <http://www.crepuq.qc.ca/IMG/pdf/normeacrl-web-03-05-v4.pdf>



Fonte: Univeristé de Montréal. Direction des bibliothèques. **Apprivoiser l'information pour réussir**. Outubro de 2004. p. 10. (Traduzido do francês).

Como observamos, os princípios acima apresentados vão requerer dos envolvidos no processo, especialmente dos estudantes, saberes que se apóiam em dimensões éticas, legais e sociais, capacidade crítica, espírito científico, conhecimento tecnológico e no uso da informação para obter benefício pessoal, social e profissional.

Para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e competência informacional, o apoio docente é fundamental. Por conseguinte, além do uso adequado das fontes de informação, os responsáveis por cursos e disciplinas devem repartir com as bibliotecas universitárias as responsabilidades concernentes ao processo investigativo e métodos de pesquisa, pois competência informacional não se restringe à formação documentária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da informação exige espaços de aprendizagem cada vez mais abertos, seja na escola, universidade ou em ambientes informacionais de educação. Diferentes situações de aprendizagem devem ser trabalhadas para que o educando possa efetivamente compreender as necessidades de informação dos tempos atuais. Trata-se de um processo de aprendizagem ao longo da vida, ativo e construtivo. Não bastam apenas respostas tecnológicas no processo investigativo. Tanto a capacidade de agir como o pensamento crítico, criativo e reflexivo, devem influenciar o ambiente educacional no caminho que leva ao uso adequado das tecnologias de inteligência humana, fundamentais para que os saberes sejam destituídos de um lugar sacralizado, suscitando o desejo de aprender e incentivando a elaboração de um projeto pessoal de aprendizado tanto individual quanto coletivo, dentro e fora da escola. Nenhum conhecimento, em sua complexidade, é absoluto ou eterno, há sempre uma relação com outros saberes.

O campo informacional exige processos dinâmicos de interação entre as áreas do conhecimento humano, em sua complexidade, em relação aos fenômenos socio-históricos, à aprendizagem do real e à vida cotidiana. O processo educativo não deve ocorrer de modo isolado, e entre as chamadas fronteiras do conhecimento pontes precisam ser construídas, alicerçadas pela mediação sociocultural, de diversidade e respeito às diferenças.

Mesmo estando vivendo em um período de ansiedade de informação – ou mesmo ditadura informacional - principalmente devido à imposição e exigências do mercado de trabalho, os futuros profissionais necessitam aprender a lidar com o universo informacional para saber o que fazer com ela, de modo crítico e criativo buscando compreender, além do uso das tecnologias, a lidar com questões éticas, socioculturais, econômicas e políticas relativas ao desenvolvimento do meio em que ele está inserido, de modo a contribuir com um projeto de democratização da sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Normes sur les compétences informationnelles dans l'enseignement superior**, 2000. Traduit de l'anglais par le Groupe de travail sur la formation documentaire du Sus-comité des recteurs et des principaux des universités du Québec. Disponível em <<http://www.crepuq.qc.ca/IMG/pdf/normeacrl-web-03-05-v4.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2006.

BÉGUIN-VERBRUGGE, Annette. **Compétences informationnelles pour une meilleure insertion universitaire.** [on line] Paris : Babel, Rencontres Formist. ENSSIB, juin 2005. Disponível em <http://babel.enssib.fr/document.php?id=264> . Acesso em: 20 nov. de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Avaliação externa de instituições de educação superior:** diretrizes e instrumentos, 2006. [on line] Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>. Acesso em: 26 nov. 2006.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, p. 28-37, set./dez. 2003.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação** : um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

GONCALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Negros na universidade e produção do conhecimento. In.: GONCALVES E SILVA, Petronilha; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

GONCALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

LEVY, Pierre. **Cyberdémocratie:** essai de philosophie politique. Paris: Odile Jacob, 2002.

MAFESOLI, Michel. **La connaissance ordinaire.** Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PAOLETTI, Félix. **L'Homme et l'ordinateur:** les enjeux de l'informatization de la société. Paris : L'Harmattan, 2003.

PRONOVOST, Gilles. **Temps sociaux et pratiques culturelles.** Quebec : Presses de l'Université du Québec, 2005.

STERN, Caroline M. **La maîtrise de l'information « déconnectée »** : éduquer à l'information sans recourir aux technologies. Juillet 2002, Livre blanc préparé par l'UNESCO, a la U.S. National Commission on Libraries and Information Science et le National Forum on Information Literacy pour la Rencontre d'experts sur la notion de compétence informationnelle. Prague, République Tchèque. Disponível em: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/stern-fullpaper.html>. Acesso em: 10 nov. 2006.

TAKAHASHI, Fabio. Seis cursos reúnem 52% dos universitários. **Folha Online.** 23/10/2006, disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19035.shtml>. Acesso em: 23 out.2006.

UNIVERSITE DE MONTREAL. Direction des bibliothèques. **Apprivoiser l'information pour réussir.** Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.bib.umontreal.ca/CI/politique.htm>. Acesso em: 23 out. 2006.

Lídia Eugênia Cavalcante

Doutora em Educação
Professora adjunta do
Departamento de Ciências da Informação,
Universidade Federal do Ceará
E-mail: lidia@ufc.br

Recebida para publicação em: 16/12/2006
Aceito para publicação em: 30/01/2007

¹ Pesquisa realizada na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information, Université de Montréal*, por ocasião do estágio de pós-doutorado em Ciência da Informação (2006-2007), com financiamento CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.